

Você sabia?

Não!

Então, aprenda mais, amplie seus conhecimentos sobre o tema discutido.

Que entre os 34 países que aceitam o aborto no mundo, a maioria é de países ricos e desenvolvidos? E que esses países conseguiram controlar a mortalidade de mulheres que praticam o aborto?

Que Japão, Taiwan e Coreia do Sul são países orientais que fizeram reforma agrária depois da II Guerra mundial e que se tornaram grandes potências mundiais?

Que em alguns países latino-americanos que passaram por uma ditadura militar durante os anos 1960 e 1970 como Argentina, Peru, Chile e Uruguai muitos militares e agentes de tortura foram julgados e condenados por crimes de lesa humanidade?

Que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é aceito na Holanda, Bélgica, Canadá, França, Espanha, Uruguai, nos estados americanos de Massachusetts e Califórnia e em Buenos Aires, capital da Argentina?

Que Bélgica, Espanha, Reino Unido, Suécia, Canadá e África do Sul são países que permitem a adoção de crianças por casais homossexuais sem quaisquer restrições?

Que todos os canais de TV aberta do Brasil são frutos de concessões públicas e que entre as obrigações que as emissoras devem cumprir está o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família?

Notícia Ecoss da Cidadania NOTÍCIAS

NOTÍCIA

Movimento Ética na Política

O início das atividades no núcleo de Volta Redonda da Escola de Cidadania consolida o nono ano de parceria entre o MEP (Movimento Ética na Política), o Pré Vestibular Cidadão e a Novamerica. Nos dois primeiros encontros (10 de abril e 08 de Maio), tiveram presentes 30 participantes entre alunos antigos e novos. A proposta neste ano é de realizarmos dois ciclos eletivos: **Liderança e Organização** e **Preconceito e Discriminação**. A primeira oficina "Quem sou eu? Quem somos nós" foi coordenada por Sandra Marcelino e a segunda, "Estilos de Liderança", por Marcelo Andrade. A próxima será no dia 05 de junho, sempre aos sábados, no horário das 14 às 17h30, no Salão Comunitário da Igreja Santo Antônio, no bairro Niterói. O público-alvo são lideranças comunitárias, religiosas, estudantes de pré-vestibular, representantes de associação de moradores e de partidos políticos.

NOTÍCIA

Ação Social Paulo Sexto

O núcleo Duque de Caxias, coordenado por Carlos Eduardo Pinto, iniciou suas atividades no dia 08 de março, consolidando a parceria com a ASPAS (Ação Social Paulo Sexto). Para celebrar o Dia Internacional da Mulher foi realizada a palestra **Lei Maria da Penha: hoje**, ministrada por Elizabeth Lima de Castro, do Centro de Defesa da Vida (CDVida). Compareceram 70 pessoas, a maioria ligada ao Pré-Vestibular para Negros e Carentes da Pastoral da Juventude (Pré PJ), também atuante na Catedral Santo Antonio, que cede espaço para as oficinas da Novamerica. Esta atividade selou a parceria com o Pré PJ, que participará de todas as atividades abertas do núcleo ao longo do ano. O debate após a palestra foi bastante acalorado, contando com a participação ativa da plateia, que elogiou a escolha do tema e o desempenho da palestrante. A primeira oficina aconteceu no dia 05 de abril, depois de uma extensão do período de divulgação. Ainda contamos com poucos inscritos, participando com animação das primeiras oficinas do Ciclo Básico, mas estamos no esforço de ampliar o núcleo, como nos anos anteriores. Se você tiver interesse em fazer parte dessa turma, pode vir, pois ainda dá tempo!

NOTÍCIA

Ação da Cidadania

As atividades no núcleo do Rio de Janeiro são realizadas, em 2010, em parceria com a Ação da Cidadania e começaram no dia 09 de março com uma aula inaugural a partir do lema da Novamerica: **"Educar em direitos humanos: democracia em ação"**. Nos meses de abril e maio já foram realizadas as oficinas de Análise de Conjuntura, Cidadania e Política. O grupo tem se reunido todas as terças feiras, das 14h às 18h, contando com a presença de 30 lideranças dos diversos Comitês da Ação do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo. No primeiro semestre do ano serão realizadas as oficinas do Ciclo Básico completo, seguida de três Ciclos Eletivos e Atividades de Enriquecimento no segundo semestre. A coordenação das atividades é compartilhada entre os membros da equipe: Carlos Eduardo Pinto, Marcelo Andrade e Sandra Marcelino.

NOTÍCIA

Centro de Lazer

Este ano estamos assessorando o Centro de Lazer com oficinas mensais que integram a formação dos monitores do projeto. O Centro de Lazer tem aproximadamente 18 monitores que atendem 300 crianças e funciona, há 35 anos, aos sábados nas dependências do Colégio Teresiano, Colégio de Aplicação da PUC-Rio. Os monitores trabalham esportes, danças, artesanatos e atividades culturais com crianças e adolescentes das comunidades da Rocinha e do Parque da Cidade. Sob coordenação de Marcelo Andrade, estamos oferecendo o ciclo de oficinas **Liderança e Organização**. O grupo está animado e bem participativo.

NOTÍCIA

Jornal Mural: Palavras e Imagens

O Jornal Mural é uma iniciativa da Novamerica para comunicar os temas aqui discutidos em outra linguagem. Ele também pode ser incorporado na atividade proposta na seção "Faça Acontecer!".



Realização: NOVAMERICA

Apoio: INTE Intercâmbio e Solidariedade

Castilla-La Mancha

Editora: Susana Sacavino Coordenação: Marcelo Andrade Equipe: Carlos Eduardo Pinto, Marcelo Andrade e Sandra Marcelino Composição Gráfica: Companhia Visual Manteca NOVAMERICA Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania ISSN 1677-4167 Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280-030 - Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033 - E-mail: promotores@novamerica.org.br - http://www.novamerica.org.br

Cidadania em Rede

Ano IX - Nº 1 / 2010

Apresentação DIREITOS HUMANOS: TENSÕES E IMPASSES DO PNDH3

Companheiros e companheiras:

"Educar em Direitos Humanos: Democracia em ação" é o lema norteador das atividades da Novamerica em 2010. Para ajudar nessa reflexão, o Boletim Cidadania em Rede apresenta neste número a discussão sobre o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, o PNDH3.

O PNDH3 provocou - e tem provocado - muitas discussões e polêmicas. De um lado, grupos empresariais, religiosos, políticos e de latifundiários se opõem acerca de algumas questões. De outro, os movimentos sociais vem exigindo o exercício de cidadania e de direitos para todos e todas, fazendo avançar a noção de democracia.

Mas, por que será que ainda há tantos impasses ao se falar e se exigir direitos humanos? Por que manter o sigilo diante de um período triste da nossa história como foi a ditadura militar? Quem são esses novos e antigos sujeitos que querem ter o direito de voz? Por que negar direitos diferenciados às mulheres e aos homossexuais? Essas são perguntas iniciais para ampliarmos o diálogo democrático, principalmente nesse ano em que iremos novamente às urnas e elegeremos novos representantes políticos.

Sendo assim, convidamos você, seu grupo e amigos/as para aprofundarmos essa temática através dos textos, depoimentos e atividades apresentados aqui.

Boa leitura! Bom trabalho! A Equipe.



Destaques deste número

O que é o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos? Para quem é feito? Seção "Idéias em Foco"

Vamos fazer do PNDH3 uma realidade? "Faça Acontecer"



Com a Palavra... Paulo Vannuchi Secretário Especial de Direitos Humanos



"Nas discussões sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos não se coloca quem ganhou ou quem perdeu. O importante é o que o Brasil ganhou. A composição do grupo de trabalho do PNDH3 é muito boa. Foi uma busca de acordo entre diferentes áreas. E O Plano reafirma a pauta dos direitos humanos como pauta do Estado. Não é uma discussão de governo. É um debate de Estado e tem que ser suprapartidária"

(Fonte: www.fpa.org.br Fundação Perseu Abramo)



O que é o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos? Para quem é feito?

Carlos Eduardo Pinto

Na passagem do ano de 2009 para 2010, muitos jornais e revistas publicaram notícias polêmicas sobre o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). Ao lermos essas matérias, entre uma crítica e outra, às vezes, é difícil entender o que é o PNDH3 e por que ele causa tanto incômodo. Este texto que você lê agora tem dois objetivos: (1) apresentar um resumo das propostas do PNDH3 e (2) compreender as reações negativas que causaram.

O PNDH3 é um documento criado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República e que orienta o governo nas ações de defesa e respeito aos Direitos Humanos. É o terceiro plano redigido pela Secretaria, sendo que o PNDH1 (1996) tratava de direitos civis e políticos e o PNDH2 (2002) se ocupava dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Nenhum dos Planos cria leis, apenas orientam e sugerem a sua elaboração. Mas, afinal, o que o PNDH3 sugere? As temáticas tratadas pelo Plano são muitas: desenvolvimento sustentável, respeito à diversidade, combate às desigualdades, segurança pública, entre outras. Aqui não temos espaço para abordar todas. Então, vamos apresentar as propostas que causaram mais polêmica, tentando entender os motivos:

- 1) Comissão Nacional da Verdade.** O objetivo é investigar a violação dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A sugestão incomodou principalmente os militares e os políticos que estiveram envolvidos com a ditadura. Eles alegam que a Lei de Anistia (1985), acordo que trouxe o perdão dos crimes cometidos por militares e opositores, foi suficiente para resolver esse problema. Por outro lado, muitos parentes de pessoas “desaparecidas” durante a ditadura, que provavelmente foram assassinadas, ainda se sentem injustiçadas e lutam por conhecer a verdade. Outros países latinoamericanos que passaram por ditadura também instituíram uma Comissão da Verdade, tal como Peru, Argentina e Chile.
- 2) Aborto.** O PNDH3 apóia a criação de lei que descriminalize a prática do aborto. Essa proposta é baseada na ideia de que as mulheres que praticam o

aborto não devem ser tratadas como criminosas. Algumas igrejas se pronunciaram contra, pois acreditam que o aborto é um atentado à vida, já que o feto é considerado pela doutrina cristã um ser humano completo desde os primeiros segundos após a concepção. É bom lembrar que o PNDH3 não defende a prática do aborto, mas a descriminaliza.

- 3) União civil entre pessoas do mesmo sexo.** Um governo comprometido com os direitos humanos não pode fazer distinção de orientação sexual, pois todos os seres humanos têm o direito de vivenciar sua sexualidade, seja ela qual for. Além disso, devem poder oficializar suas uniões estáveis (casamentos) quando acharem necessário. O direito à adoção considera que um casal homossexual é tão responsável e sadio quanto um casal heterossexual, podendo educar plenamente uma criança. Mais uma vez, algumas igrejas se posicionaram contra esta proposta, pois não reconhecem a prática da homossexualidade como uma opção legítima. Além disso, algumas acreditam que pais homossexuais representariam uma ameaça à integridade moral das crianças adotadas.
- 4) Reintegração de posse.** O PNDH3 sugere uma série de mudanças nas leis que regem a posse de terra, criando dificuldades para a retirada dos trabalhadores rurais que invadirem terras improdutivas. A proposta é proteger os trabalhadores sem terra, procurando criar um apoio legal às ações que visam à redistribuição das terras improdutivas. A principal reação negativa veio dos ruralistas, os grandes proprietários de terras, que acreditam que a alteração na lei os tornaria “reféns” do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).
- 5) Rádio e televisão.** O PNDH3 propõe a cassação das concessões às emissoras que produzirem ou veicularem programas contrários aos direitos humanos. Os profissionais de rádio e TV reagiram, afirmando que este tipo de ação fere a liberdade de imprensa e poderia trazer de volta ao Brasil a mesma situação enfrentada durante a ditadura, em que os meios de comunicação eram controlados pela Censura e impedidos de divulgar notícias e opiniões livremente. É importante lembrar que rádio e televisão são concessões públicas e devem responder à sociedade sobre o serviço que prestam,

como tantos outros segmentos sociais o fazem.

Outros setores, além dos apontados acima, criticaram o PNDH3 por considerarem que ele surgiu “do nada”, sem consulta prévia à população. Alegam que o Plano foi criado com base apenas no que o governo considera que seja um avanço na área de direitos humanos, mas que não corresponderia a uma reivindicação real por parte dos brasileiros. Quanto a isso é importante salientar que o texto do PNDH3 afirma que as sugestões redigidas no documento foram criadas a partir de uma série de conferências nacionais sobre os diversos temas tratados, que culminaram na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida em Brasília. Além disso, podemos perceber que as leis sugeridas atendem a demandas de grupos minoritários, que lutam para ter seus direitos reconhecidos.

Ainda assim, consideramos as manifestações contra o PNDH3 como um ponto positivo. Afinal, vivemos em uma democracia, em que o direito de expressão é considerado um bem valioso. Nesse sentido, o PNDH3 é um avanço em relação aos anteriores, justamente por ter tratado de questões polêmicas, que mobilizaram a opinião pública. As discussões geradas possibilitaram que temas importantes para a consolidação dos direitos humanos fizessem parte das manchetes de jornais, o que gerou debates muito benéficos. Afinal, quanto mais se discute, maiores são as chances de se produzir reflexões que levem ao esclarecimento e conseqüente luta da população por seus direitos.

Claro que não precisamos acatar o PNDH3 como um todo, sendo possível discordar de um ou outro ponto. Devemos ter o cuidado, porém, de nos perguntarmos se estamos sendo justos. Sabemos que a sociedade é formada por indivíduos muito diferentes entre si e que o respeito à diferença é um elemento fundamental para o funcionamento da vida comunitária. Quando manifesto uma posição contrária à criação de uma lei que beneficiaria um grupo do qual não faço parte, somente porque não penso como ele, não estaria passando por cima do direito à diferença? Devemos lembrar que a criação de uma lei que amplia os direitos de um grupo não obriga toda a sociedade a se comportar como ele, mas garante a sua *liberdade* de ação. Assim, se sou mulher e contra o aborto, a descriminalização desta prática não me obriga a optar por ela, mas garante que outras mulheres, *diferentes* de mim, tenham esse direito garantido. Logo, temos garantidos dois bens valiosos: a *liberdade de escolha*

Vamos fazer do PNDH3 uma realidade?

Sandra Marcelino



1º momento:

SENSIBILIZAÇÃO

- Antes do encontro o/a animador/a prepara o ambiente com uma caixa; tiras de papel; folha de papel pardo e canetas hidrográficas.
- Ao iniciar o encontro o/a animador/a convida todos/as a sentarem em círculo e apresenta uma caixa que será colocada no meio.
- Em seguida, o/a animador/a irá trabalhar com a imaginação dos participantes propondo um conteúdo dentro da caixa.
- No primeiro momento, o/a animador/a diz que dentro da caixa existe um “Plano” e propõe que cada participante escreva em uma tira de papel que plano seria. O/a animador/a pode dar algumas pistas para facilitar o entendimento do grupo, como por exemplo: plano de reciclagem e aproveitamento do lixo do bairro; plano de utilização do espaço escolar para a comunidade; plano de trabalho para uma festa; plano de viagem familiar etc.
- Depois de realizada a primeira tarefa, o/a animador/a segue com a mesma dinâmica, estimulando o imaginário do grupo, mas alternando o conteúdo da caixa:
 - Dentro da caixa existem direitos negados. Que direitos são esses?
 - Dentro da caixa existem grupos excluídos. Que grupos são esses?
 - Dentro da caixa existem sugestões de ação. Que sugestões são essas?
- Cada resposta deverá ser escrita numa tira de papel. Se for possível utilizar diferentes cores de papel para melhor identificação das respostas. Pode-se também numerar as tiras.
- Em seguida, cada participante é convidado a apresentar sua “imaginação”, formando assim quatro colunas: (1) Planos; (2) Direitos Negados; (3) Grupos Excluídos e (4) Sugestões de Ação. Caso apareçam respostas iguais, o/a coordenador/a poderá agrupá-las.
- Em plenária, o/a coordenador/a motiva uma reflexão sobre a atividade, chamando atenção para os direitos negados a determinados grupos e a necessidade de construir instrumentos que efetive o exercício da cidadania.

2º momento:

APROFUNDAMENTO

- Se possível, o/a animador/a distribui fotocópias do texto “O que é o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos? Para quem é feito?”, de Carlos Eduardo Pinto, apresentado na seção “Ideias em Foco”.
- Em seguida, convida o grupo a fazer uma leitura partilhada do texto.
- Após a leitura do texto, o/a animador/a pode dividir os participantes em três subgrupos. Cada subgrupo deve receber uma folha de papel pardo para responder as seguintes perguntas:
 - O que o grupo destaca como avanço no PNDH3?
 - O grupo deverá escolher uma das temáticas polêmicas e apresentar duas defesas ou duas oposições para sua efetivação e apresentar em plenária.

- Durante a plenária, o/a animador/a deverá ficar atento às opiniões dos grupos, explicando que o PNDH3 é uma iniciativa de fortalecimento da democracia e um convite permanente de diálogo entre o Estado e a sociedade civil.

3º momento:

COMPROMISSO

- Ao final do encontro, o/a animador/a apresenta o “Jornal Mural Palavras e Imagens” e pede que os participantes coletivamente construam propostas que ajudem no debate democrático do PNDH3.
- As propostas podem ser registradas numa folha de papel pardo e fixadas num ambiente público ao lado do Jornal Mural.



A palavra é sua... ...solte a VOZ!

Para este número, entrevistamos Kelly Russo, membro da Equipe Novamerica e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ela falou sobre impressões, desafios e polêmicas do PNDH3.

BCR: Como você avalia o PNDH3 e as polêmicas surgidas em torno dele?

Acho que discutir direitos humanos no Brasil significa tocar em temas sempre muito polêmicos. Nossa história é marcada pela desigualdade social, pela concentração de rendas e riquezas, pela violência no campo e uma herança escravocrata que discrimina e hierarquiza diferenças. O PNDH3 procurou avançar incluindo temáticas não abordadas ou abordadas de modo mais superficial em versões anteriores: descriminalização do aborto; garantia de direitos civis para homossexuais; fortalecimento da função pública (e não estatal, que é diferente) dos veículos de comunicação; rediscussão da prática sistemática da tortura e assassinatos realizados pelo Estado Brasileiro no período da ditadura militar. Temas difíceis para se debater em nossa sociedade, principalmente no formato de conferências democráticas. Os setores mais conservadores não participaram das conferências locais (municipais, regionais e estaduais) e nacional de discussão sobre o PNDH3. Então, sem a participação efetiva desses grupos durante as conferências, o PNDH3 acabou esvaziado e muito criticado por esses mesmos segmentos que se recusaram a participar. Acusam o documento de parcial ou de representar os desejos e anseios de apenas uma parte da sociedade - aquela ligada aos movimentos sociais - mas não de toda a sociedade. O que de fato aconteceu foi que esses mesmos setores, que criticam essa parcialidade do documento, ausentaram-se nos encontros decisórios sobre o PNDH3. A mesma coisa aconteceu em outras conferências: a dos meios de comunicação, a conferência nacional de educação, a de segurança pública. Enfim, não temos a prática da discussão democrática enraizada em nossa sociedade.



BCR: Qual o impacto do PNDH3 no trabalho realizado pelos movimentos sociais e organizações de defesa e promoção dos direitos humanos?

Pelas razões que mencionei anteriormente, ter espaços de discussão é sempre uma conquista em nossa sociedade. Para participar das conferências, os movimentos sociais geralmente muito fragmentados e isolados [cada um com suas bandeiras específicas, com pouca interação com outros movimentos] precisaram se articular, discutir as diferentes propostas e negociar emendas presentes no documento. Isso é sempre um grande ganho. Outra vitória é conseguir colocar esses temas em evidência para serem discutidos na sociedade. A partir do PNDH3, a sociedade brasileira foi convocada a se pronunciar sobre questões historicamente silenciadas por alguns grupos. Uma pena que todo esse processo de discussão só tenha sido realizado nos últimos anos de um Governo e que a gente não tenha conseguido avançar tanto quanto gostaríamos, mas tivemos conquistas. E esse processo é sempre de formiguinha mesmo, não é? Todos nós que trabalhamos e acreditamos nos direitos humanos sabemos que esse é um processo lento.

BCR: Quais os desafios você apontaria no PNDH3 e como aproximar esse diálogo com a sociedade civil?

O grande desafio do PNDH3 é manter a discussão acesa, não deixar que esses temas sejam novamente silenciados. Não acho que o desafio seja uma questão de “aproximação” desses temas com a sociedade civil. Os temas polêmicos que foram tratados não estão distantes da sociedade civil, eles também fazem parte dessa nossa sociedade, que é complexa e constituída por diferentes grupos de interesse. Grupos com forças e interesses, muitas vezes, bastante contraditórios. Acho que nosso desafio seja mesmo esse: mostrar que existem posições contraditórias e, por isso mesmo, a discussão democrática é o caminho mais frutífero e fundamental para que tornemos nossa sociedade efetivamente democrática.

Esta seção está aberta para sua opinião. Comuniquem-se conosco!

